

dade social. As discriminações no trabalho, os obstáculos aos lugares mais qualificados, a maior incidência do desemprego, a sobrecarga do trabalho na família, bem como a insuficiência de apoios sociais, mormente à maternidade e educação dos filhos, ilustram algumas dessas dificuldades.

Relativamente à «fragilização da acção das associações de mulheres», a autora sustenta que ela não está desarticulada das «dificuldades inerentes aos restantes movimentos sociais e de trabalhadores para darem resposta ao avanço de um modelo global e neoliberal».

À laia de conclusão, é um comprometimento social, longe de uma abordagem saudosista e deturpada do passado, que impulsionará novas abordagens face aos desafios actuais e nos ajudará a encontrar novas paragens.

SOFIA CRUZ

José Machado Pais, **Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses Num Contexto Europeu**, Oeiras, Celta Editora, 1999, 400 páginas.

Antes do livro propriamente dito, importa referir que o autor, com um percurso de investigação e uma obra publicada assinaláveis, se tornou, sem qualquer espécie de dúvida, o

principal investigador do país na área da sociologia da juventude. Nesse sentido, o presente trabalho situa-se na continuidade de uma extensa série de análises realizadas por José Machado Pais e por equipas por ele co-ordenadas.

Essa seria, desde logo, razão suficiente para suscitar o interesse pela leitura de *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses Num Contexto Europeu*. Mas há várias outras, sendo de destacar as que têm a ver: (a) com a actualidade e relevância do tema; (b) com o âmbito da pesquisa que lhe está na base; (c) com o modo de praticar a investigação sociológica que ilustra; (d) com, enfim, um conjunto de resultados que disponibiliza e de hipóteses interpretativas que apresenta.

O objecto de estudo é a consciência histórica dos jovens europeus, tal como ela se configura na actualidade. Dificilmente se poderia propor tema mais aliciante, do ponto de vista intelectual e científico, e também mais significativo socialmente. Ao mesmo tempo seria igualmente difícil escolher algo mais complicado de conceptualizar e operacionalizar de modo a torná-lo susceptível de investigação sociológica. Tanto mais quanto presidiu à pesquisa um intuito comparativo, envolvendo um conjunto alargado de países e regiões com nacionalidade estabelecida, perto de trinta no total.

Com efeito, o livro resulta de um projecto de investigação internacional em que, em meados da última década do século xx, foram inquiridos

jovens estudantes de países da Europa ocidental (alguns da União Europeia, outros não), do Leste europeu e do Médio Oriente. Além de Portugal, regista-se a presença da Islândia, Noruega, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Estónia, Lituânia, Rússia, Ucrânia, Polónia, Hungria, República Checa, Eslovénia, Croácia, Bulgária, Grécia, Turquia, Israel, Israel árabe, Palestina, Espanha, Itália, Tirol do Sul, Alemanha, Bélgica flamenga, Inglaterra/Gales, Escócia e França. A lista, por si só, é elucidativa quer das possibilidades cognitivas contidas em tal pesquisa, no plano mais estritamente científico, quer também do seu interesse e relevância no plano da actualidade sócio-política.

No conjunto foram inquiridos mais de 30 000 jovens estudantes. Em Portugal, o inquérito principal foi aplicado a uma amostra nacional de alunos do 9.º ano de escolaridade (cerca de 1200) em aulas da disciplina de História. Tal como nos outros países, foram também inquiridos, de modo complementar, os respectivos professores de História. No caso português, José Machado Pais recorreu ainda a entrevistas aprofundadas e a reuniões informais com alunos e professores, bem como à análise de composições pedidas a alunos sobre temas abordados no inquérito.

O livro está organizado em três grandes partes, precedidas de uma introdução teórico-metodológica e seguidas de uma conclusão geral, na qual a preocupação de síntese se combina ou mesmo se subordina à

de conjectura interpretativa integradora. Contém ainda vários anexos, incluindo dois importantes conjuntos de análises intermédias de dados quantitativos e qualitativos.

Na primeira parte, «História, aprendizagem, imagens», começa-se por se aferir e hierarquizar os significados que os estudantes atribuem à história; em seguida, analisam-se os objectivos que mais valorizam no estudo da história, as formas da respectiva apresentação que mais lhes agradam e aquelas em que depositam maior confiança, as apreciações que fazem de objectivos e práticas pedagógicas no ensino desta matéria; são depois avaliados certos conhecimentos básicos de cronologia histórica (relativos à economia, política, navegação e costumes), bem como interesses e preferências por períodos, por géneros históricos e por âmbitos geográficos; são ainda objecto de análise as imagens (positivas e negativas) dos jovens acerca de certos temas específicos, em concreto períodos e episódios, como a Idade Média, a colonização, a revolução industrial e as mudanças recentes no Leste europeu ou uma personagem como Adolf Hitler.

A segunda parte, «Temporalidades e mudança histórica», ocupa-se, a um nível porventura mais abstracto, das formas de representação do tempo histórico prevalecentes entre os jovens estudantes dos diversos países, assim como dos factores por eles julgados mais influentes nas mudanças ocorridas recentemente ou a ocorrer no futuro (próximas déca-

das); do mesmo modo, debruça-se sobre os atributos gerais mais e menos destacados por eles na caracterização dos respectivos países, no passado e no futuro (há quarenta anos e daqui a quarenta anos), e ainda na da Europa para idêntico horizonte temporal futuro.

O alargamento de âmbito analítico prossegue na terceira parte, «Atitudes, representações sociais e consciência histórica». Nela são examinados elementos fulcrais para a construção do juízo e do discurso históricos. É o caso das razões consideradas pelos jovens estudantes mais explicativas das desigualdades económicas entre as pessoas, das formas de património por eles julgadas mais importantes a preservar, das justificações por eles aceites para a reivindicação de direitos territoriais, das entidades estatais a quem imputam obrigações de indemnização por danos de colonização, das atitudes que manifestam a respeito da possibilidade de os imigrantes votarem, daquelas que acham serem matérias referendáveis. É o caso, igualmente, das noções de nação e de Estado, das atitudes perante a Europa e a integração europeia, das concepções acerca da democracia, assim como das atitudes perante a vida (interesses pessoais, futuro individual, consideração de imposições sociais no casamento) que manifestam.

O vastíssimo conjunto de dados substantivos e de análises correspondentes que um trabalho como este proporciona não cabem numa recensão, nem compete a esta substituir-se à

leitura da obra. Já será mais pertinente, depois da respectiva apresentação, deixar registados a seu respeito alguns comentários e interrogações, de entre as inúmeras pistas de reflexão e debate que ela permite suscitar.

Desde logo, pode sentir-se alguma dificuldade na definição do objecto de estudo. Como se disse atrás, não há nisto nada de surpreendente, dada a própria complexidade do tema. Mais especificamente, parece emergir, por vezes, uma certa ambiguidade: o objecto de estudo é a consciência histórica dos jovens ou as representações destes estudantes acerca da história enquanto matéria de ensino e aprendizagem escolar? É claro que estas últimas fazem parte daquela, ou podem ser mesmo o seu principal veículo. Mas rebater-se-á excessivamente, nos indicadores seleccionados e no próprio contexto de inquirição, a primeira sobre as segundas? Ou faltará antes discutir-se mais os resultados à luz da problematização das relações entre ambas, as quais não se têm de presumir aprioristicamente coincidentes? O autor, aliás, nunca afirma tal concepção apriorística, nem o estudo deixa de conter vários outros indicadores, não directamente reportados ao ensino escolar da história. Salienta, sim, por outro lado, a importância que uma pesquisa deste tipo pode ter também para esse ensino, se devidamente tida em conta.

Um outro problema, conexo com este, tem a ver com o conceito de identidade. A relação entre consciência histórica e identidade está expres-

sa no título e é retomada analiticamente por diversas vezes no texto. No entanto, há que reconhecer que a identidade, ela própria, enquanto representação e sentimento, não é objecto de operacionalização directa na pesquisa empírica, ao contrário do que acontece com as múltiplas dimensões da consciência histórica/da história, essas sim objecto de inquirição sistemática. Em si mesmo, isso não constitui problema: não se pode investigar tudo ao mesmo tempo. O problema, a existir, estaria na eventual hipótese de se considerar que «identidade = consciência histórica», pelo que, investigando a segunda, poderiam extrair-se mais conclusões sobre a primeira. Ora o que importa a este respeito, do ponto de vista sociológico, é precisamente constituir em objecto de análise, teoricamente orientada e empiricamente apoiada, aquela relação, em vez de a tomar como univocamente definida e pré-conhecida. Que importância tem a consciência histórica para as construções identitárias destes jovens? Neste aspecto, o trabalho não é conclusivo, porque não se debruça em pleno sobre ele, mas deixa importantes elementos de informação e reflexão a integrar produtivamente noutros que venham a fazê-lo. O conceito de «capitais históricos», avançado por José Machado Pais a propósito da relação em causa, pode vir a revelar-se de grande acuidade, mas importa ainda submeter a investigação e a debate específicos hipóteses interpretativas como as que, nesse sentido, são levantadas na conclusão.

Noutro plano, poderá ser mencionado que as representações e valorizações dos jovens são analisadas basicamente por comparação entre os resultados agregados dos diferentes países, fazendo-se também o contraponto com as apreciações dos professores a respeito de alguns dos aspectos focados. A análise assim conseguida já é suficientemente rica. Mas também são consideradas outras variáveis, para além da nacionalidade. Aliás, nas hipóteses iniciais e nas conclusões finais o autor salienta a importância de que podem revestir-se, a este respeito, as variáveis de caracterização social. No entanto, pouco se fala delas no corpo principal do trabalho, ficando assim menos elucidado o sentido geral das relações dessas variáveis com as modalidades de consciência histórica dos jovens. Em todo o caso, algumas dessas relações surgem bem evidenciadas no anexo em que são apresentadas sistematicamente as análises multivariadas realizadas a diversos subconjuntos de indicadores.

Num âmbito mais restrito, um exemplo de interpretação polémica é a que José Machado Pais propõe quanto aos modos de consciência histórica prevaletentes entre os jovens estudantes portugueses a respeito do colonialismo. Segundo a hipótese defendida, eles manifestariam uma propensão para o branqueamento artificial do colonialismo, vendendo sobretudo de forma mítica, como aventura e fonte de orgulho nacional. Esta representação do colonialismo como aventura, de preferência à de

colonialismo como exploração, pode ser considerada, nas palavras do autor, uma atitude típica do explorador mal sucedido (p. 188).

Ora o que se passa é que, numa escala de concordância de 1 (maior discordância) a 5 (maior concordância), o valor médio registado pelos jovens portugueses na afirmação de que o colonialismo foi «um período de exploração europeia de povos e países ultramarinos» é de 3,79, claramente do lado da concordância e acima mesmo da média global obtida pelo conjunto dos jovens europeus inquiridos (p. 81). Também perante outra afirmação que o questionário contém de ordem explicitamente negativa a respeito do colonialismo, «desprezo e preconceito contra outras culturas e raças de cor», a média dos jovens portugueses se situa de forma nítida do lado da concordância, embora, neste caso, ligeiramente abaixo da média dos jovens europeus inquiridos. Mas a diferença é marginal e não invalida o sentido do posicionamento dos jovens portugueses. Aliás, na análise factorial apresentada a este propósito, as dimensões «colonialismo como aventura» e «colonialismo como exploração» surgem precisamente como dimensões complementares, e não como pólos opostos de uma dimensão só. Em concreto, é possível as duas representações coexistirem, a exemplo do que acontece entre os jovens portugueses, tal como são possíveis outras combinações (pp. 81-83).

Aliás, relacionando com outros indicadores, os jovens portugueses também concordam de maneira muito

nítida com as obrigações de indemnização por danos de colonização (p. 136), quer por parte dos Estados colonizadores, quer pelo conjunto dos Estados segundo a sua riqueza relativa, assim como são dos que se mostram mais favoráveis ao direito de voto dos imigrantes (p. 142).

Perante *Consciência Histórica e Identidade. Os Jovens Portugueses Num Contexto Europeu*, as possibilidades de discussão analítica, como esta aqui brevemente esboçada, são inúmeras e fascinantes. O autor, aliás, é o primeiro a sublinhar o carácter polémico das hipóteses que propõe, apelando ao debate e à controvérsia que elas consigam suscitar. Mas não só. Além do apelo, José Machado Pais proporciona os meios de concretização, sujeitando a pesquisa empírica, cuidadosamente operacionalizada, os temas de um conjunto de controvérsias relevantes neste domínio e os horizontes observacionais que se constituem como referentes pertinentes delas. Tem ainda a preocupação de fornecer ao leitor matéria-prima informativa sistematicamente tratada, possibilitando a este último exercitar, com base substantiva apropriada, a reflexão analítica e a imaginação sociológica e, eventualmente, elaborar propostas de interpretação alternativas para a informação recolhida.

É inegável, pois, estarmos perante um importante trabalho de investigação científica em sociologia, a ler, discutir e utilizar.